



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## Relatório INSP-2020-0088

BI-2019-0076

### 1 – Dados gerais

#### 1.1 - Inspeção

**Data:** 14/06/2019

**Hora:** 12:35

**Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** António MR. Moutinho

**Outros inspetores da IRA:** Paulo M. Pires

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no âmbito do plano de atividades.

No local foi contactado a Sr. Márcio Paulo Ribeiro Areia, encarregado de ilha.

Foi realizada uma visita às instalações, foram solicitados esclarecimentos sobre aspetos ambientais, nomeadamente recolha e controlo, separação, armazenamento e encaminhamento de resíduos, entre outras obrigações ambientais

Foram verificadas as condições a que ficam submetidas as operações de gestão de resíduos descritas no ponto 3 da 1ª Adenda ao Alvará de Licença nº 1/DRA/2011, de 7 de abril de 2016.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

#### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Varela e Cª, Lda.

**NIPC/NIF:** 512004854

**Sede/morada:** Edifício Varela, Rua de Lisboa s/n

**Código Postal:** 9500-216

**Freguesia:** São José

**Concelho:** Ponta Delgada

**Ilha:** Ilha de São Miguel

#### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Varela e Cª, Lda. - Ecocentro do Pico

**Endereço:** Rua de Acesso ao Porto Comercial de São Roque do Pico, S/N

**Código Postal:** 9940-000

**Freguesia:** São Roque do Pico

**Concelho:** São Roque do Pico

**Ilha:** Ilha do Pico

**Atividade principal:** 49391 - Transporte interurbano em autocarros

**Outras atividades:** Operador de Gestão de Resíduos



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

**Período de funcionamento:** Das 8 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas.

**Licenciamento da atividade:** 1ª Adenda ao Alvará nº 1/DRA/2011



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A instalação do operador no pico é constituída por um escritório localizado dentro de um contentor marítimo e uma área impermeabilizado onde estão alinhados vários contentores marítimos, utilizados para o armazenamento das várias tipologias de resíduos geridos pelo operador e dos resíduos sólidos geridos pelo operador Bencom, S.A. Não há consumo de água no escritório do Operador de Gestão de Resíduos (OGR).

## 3 – Água de consumo

### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☐ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

## 4 – Águas residuais

### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input type="checkbox"/> Urbanas	----		
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A	----		
<input type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	----		

**-Não há produção de águas residuais.**

### Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☐ Não produz lamas de depuração
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
  - ☐ Operador de gestão de resíduos;
  - ☐ Valorização agrícola;
  - ☐ Outro;

### 4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

## 5 – Resíduos

### 5.1 – Resíduos recebidos/geridos

#### 5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

Os resíduos são entregues no local por várias entidades, e são registados

#### 5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento

Tipologia de resíduos recebidos	Quantidade	Operações	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	15 02 02* - 625 kg; 16 06 01* - 419 kg.	R13	Dados obtidos no SRIR 2018.
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	16 01 03 – 47,09 Ton.; 16 02 14 – 178 kg; 16 06 05 – 6 kg.	R13	Dados obtidos no SRIR 2018.
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares	----		
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	20 01 21* - 87 kg; 20 01 23* - <b>4,59 Ton.</b> ; 20 01 25 – <b>5,15 Ton.</b> ; 20 01 33* - 466 kg; 20 01 35* - 1,95 Ton.; 20 01 36 – <b>7,55 Ton.</b>	R13, <b>D13</b> e <b>D1</b>	Dados obtidos no SRIR 2018.

(D13 e D1)-Operações não previstas no alvará.

Os quantitativos geridos são superiores aos quantitativos licenciados (20 01 23\*-2,4 Ton.; 20 01 25-2,4 Ton. e 20 01 36-2,4 Ton.).

#### 5.1.3 – Principais origens dos resíduos

Nome	Obs.
Resiaçores - Gestão de Resíduos dos Açores, Lda.	20,44 Ton. de resíduos, corresponde a 30,01 % dos resíduos geridos.
ERP Portugal, Associação Gestora de Resíduos / Escola EBI/S Cardeal Costa Nunes	6,75 Ton. de resíduos, corresponde a 9,91 % dos resíduos geridos.
Branco e Cordeiro, Lda.	6,54 Ton. de resíduos, corresponde a 9,60 % dos resíduos geridos.
Carlos Silva & Filho, Lda.	4,68 Ton. de resíduos, corresponde a 6,87 % dos resíduos geridos.
Escola EBI/S Cardeal Costa Nunes	2,43 Ton. de resíduos, corresponde a 3,57 % dos resíduos geridos.
RECI Sucatas, Unipessoal, Lda.	2,34 Ton. de resíduos, corresponde a 3,44 % dos resíduos geridos.
Rent-a-car Azores Travel - ATRACA Lda.	2,16 Ton. de resíduos, corresponde a 3,17 % dos resíduos geridos.
Município da Madalena	2,00 Ton. de resíduos, corresponde a 2,94 % dos resíduos geridos.
Melo e Matos Primos Reparações Automóveis. Lda.	1,98 Ton. de resíduos, corresponde a 2,91 % dos resíduos geridos.
TERAUTO, Sociedade Terceirense de Automóveis Lda.	1,82 Ton. de resíduos, corresponde a 2,67 % dos resíduos geridos.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

#### 5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade

LER	Designação	Quantidade	Destino

#### 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

##### 5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor.	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos.	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Não tem sistema de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais. Os contentores não estão identificados por nome comum e código LER.
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Incorreto preenchimento do SRIR, o operador descreve operações para o qual não está licenciado. Ex. D1 e D13.
j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Cumprido parcialmente	Não está dotado de sistema de drenagem e recolha de águas pluviais, nem assegura o seu encaminhamento até um sistema de tratamento.
k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
m) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE).	DLR 24/2012/A e DL 152-D/2017	Cumprido	
n) Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores.	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
o) Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados.	Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
p) Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos.	Art.º 54.º e 53.º do DLR 29/2011/A e Reg. (CE) n.º 1013/2006	Não aplicável	





SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

**5.2.2 – Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) “As instalações são constituídas por um edifício para apoio administrativo e parque de contentores destinada à contentorização de resíduos e as instalações de apoio”.	Condição a) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	Cumprido parcialmente	Não existe edifício, o escritório funciona num contentor marítimo.
b) “A armazenagem das diversas tipologias de resíduos, é efetuada em área dedicada, de acordo com as respetivas características, tipologia e compatibilidade, e quando aplicável, considerando as especificações definidas pelas entidades gestoras”.	Condição b) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	----	Não foram verificadas as especificações definidas pelas entidades gestoras.
c) “Cada tipologia de resíduos é acondicionada de forma segregada e identificada num sistema de contentorização devidamente dimensionado e selecionado de acordo com as características do resíduo”.	Condição c) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	Cumprido	
d) “Os resíduos líquidos e num estado que possa resultar risco de derrame são armazenados em sistemas de contentorização estanques”.	Condição d) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	Cumprido	
e) “É assegurada a impermeabilização da área de contentorização de resíduos, complementada com a instalação de bacias de retenção”.	Condição e) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	Cumprido parcialmente	Um dos contentores de armazenamento de resíduos líquidos não tinha bacia de retenção.
f) “A instalação está dotada de equipamento de contenção de derrames adequado às características físico-químicas do resíduo”.	Condição f) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	Cumprido	
g) “Todos os contentores utilizados na armazenagem de resíduos têm a identificação dos resíduos por nome comum e código LER. Sempre que aplicável, é mencionada a identificação do produtor e do transportador, bem como a data de enchimento do contentor”.	Condição g) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	Não cumprido	O contentor de armazenamento de pneus não estava identificado com código LER.
h) “A instalação está dotada de sistema de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais e de derramamentos e de decantadores e separadores de óleos e gorduras. A descarga de águas residuais está devidamente licenciada e a instalação tem disponível uma cópia do alvará”.	Condição h) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	Não cumprido	Não existe sistema de recolha, drenagem, e tratamento de águas residuais.
i) “A instalação está equipada com equipamentos de combate a incêndios. Todos os extintores existentes estão validados, e estão instalados em locais facilmente acessíveis e dotados da devida sinalética”.	Condição i) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	----	Não foi verificada a validade dos equipamentos de combate a incêndio.
j) “Existem estruturas e dispositivos que impedem o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se mantém fechado fora das horas de funcionamento”.	Condição j) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	Cumprido parcialmente	O espaço é comum a outras entidades e um dos acessos não tem portão.
k) “Existe um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde consta, nomeadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos telefónicos e eletrónicos dos responsáveis pela instalação”.	Condição k) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	Não cumprido	Não existe painel visível do exterior.
l) “Está disponível um sistema de pesagem com balança, ou equipamento similar adequado, para quantificar e registar os resíduos admitidos”.	Condição l) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	Cumprido	
m) “Existem áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos”.	Condição m) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	Não cumprido	Não existem áreas de estacionamento e circuitos específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
n) “Estão fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos”.	Condição n) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	Cumprido	Os procedimentos escritos estão num programa comum aos vários centros, no entanto o funcionário não conseguiu aceder aos procedimentos.
o) “É mantido um registo cronológico da quantidade, natureza e origem dos resíduos e do destino, frequência da recolha, modo de transporte e método de tratamento previsto no que diz respeito aos resíduos”.	Condição o) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	Cumprido	No local ficam as e-GAR, registo centralizado em São Miguel.
p) “O transporte rodoviário de resíduos cumpre com as regras estabelecidas nos artigos 59.º e 60.º do Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de novembro e é acompanhado por guia devidamente preenchida”.	Condição p) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	Cumprido	
q) “As operações de gestão de resíduos a realizar contemplam unicamente a recolha e armazenamento temporário de resíduos, não existindo qualquer tratamento de resíduos que conduza à alteração do seu estado original”.	Condição q) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	Cumprido	
r) “Durante a recolha, transporte e armazenamento temporário, os resíduos perigosos são embalados e rotulados de acordo com as normas nacionais, comunitárias e internacionais em vigor aplicáveis às substâncias em presença”.	Condição r) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	Cumprido	
s) “Todos os técnicos intervenientes estão devidamente formados e sensibilizados para a execução das suas tarefas em condições de segurança”.	Condição s) do nº 3 Da 1.ª Adenda ao Alvará 1/DRA/2011	----	Não verificada a formação e sensibilização dos técnicos.

Fotos:



Foto 1 – Escritório.



Foto 2 – Contentores para armazenamento de resíduos.





SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



Foto 3 – Óleos alimentares.



Foto 4 – Resíduos armazenados e identificados.



Foto 5 – Embalagens contaminadas armazenadas. Este fluxo pertence ao OGR Bencom, SA. O OGR Varela não está licenciado para gerir este resíduo.



Foto 6 – Filtros de óleo e filtros de gasóleo armazenados.



Foto 7 – Interior do contentor com resíduos de REEE.



Foto 8 – Contentor de armazenamento de pneus usados não identificado com código LER.





SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup>	Substâncias
----	----

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.

### 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não aplicável	
d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	
e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Não aplicável	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
----			



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	

### 7.2 – Utilização de gases fluorados

#### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO <sub>2</sub> *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO <sub>2</sub> < 5	----	
5 ≤ TECO <sub>2</sub> < 50	----	
50 ≤ TECO <sub>2</sub> < 500	----	
TECO <sub>2</sub> ≥ 500	----	

\* TECO<sub>2</sub> – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>

#### 7.2.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO <sub>2</sub>	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorado com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º 145/2017	Não aplicável	

### 7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

#### 7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade <sup>a)</sup>	Limiar (t/ano) <sup>a)</sup>	Consumo de solventes (t/ano)
----			

<sup>a)</sup> Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

#### 7.3.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

#### 7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

##### 7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	----	
3 ≤ Carga < 30	----	
30 ≤ Carga < 300	----	
Carga ≥ 300	----	

##### 7.4.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Recetores sensíveis (habitações) a mais de 100 m.	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

### 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	Não foi realizada avaliação acústica.





SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 9 – Regimes específicos

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

### 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Cumprido parcialmente	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 6.º DLR 31/2010/A	Não cumprido	Não têm plano de controlo integrado de roedores

### 9.3 – Doença do legionário

#### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não aplicável	
ii) Condensadores evaporativos	Não aplicável	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não aplicável	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não aplicável	
v) Humidificadores	Não aplicável	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não aplicável	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não aplicável	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

**9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	

**9.4 – Responsabilidade ambiental**

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

**2. Operador de gestão de resíduos**

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Seguro ambiental atual: Apólice RC64416056, da companhia Fidelidade, para os vários centros nas ilhas dos Açores

## 10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- O preenchimento incorreto dos mapas de registo de resíduos no SRIR de 2018 (conforme descrito no ponto 5.2.1 alínea i)), bem como de outra informação prestada junto do referido sistema, de acordo com o estipulado no capítulo V do título II do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental leve prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- Incumprimento, pelo operador de gestão de resíduos, dos termos e condições constantes do respetivo título, o que viola o disposto no n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na ii) do nº 2 do art.º 229.º do diploma citado. Condição fixada no nº 2 da 1.ª Adenda ao Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos nº 1/DRA/2011:



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

---

-*“Tipo e quantidade máxima de resíduos objeto das operações de gestão”, conforme descrito no ponto 5.1.2;*

Condições fixadas nas alíneas abaixo, transcritas do nº 3 da 1.ª Adenda ao Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos nº 1/DRA/2011:

- a. *“As instalações são constituídas por um edifício para apoio administrativo e parque de contentores destinada à contentorização de resíduos e as instalações de apoio”, descrito no ponto 5.2.2 alínea a);*
  - e. *“É assegurada a impermeabilização da área de contentorização de resíduos, complementada com a instalação de bacias de retenção”, descrito no ponto 5.2.2 alínea e);*
  - g. *“Todos os contentores utilizados na armazenagem de resíduos têm a identificação dos resíduos por nome comum e código LER. Sempre que aplicável, é mencionada a identificação do produtor e do transportador, bem como a data de enchimento do contentor”, descrito no ponto 5.2.2 alínea g);*
  - h. *“A instalação está dotada de sistema de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais e de derramamentos e de decantadores e separadores de óleos e gorduras. A descarga de águas residuais está devidamente licenciada e a instalação tem disponível uma cópia do alvará”, descrito no ponto 5.2.2 alínea h);*
  - j. *“Existem estruturas e dispositivos que impedem o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se mantém fechado fora das horas de funcionamento”, descrito no ponto 5.2.2 alínea j);*
  - k. *“Existe um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde consta, nomeadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos telefónicos e eletrónicos dos responsáveis pela instalação”, descrito no ponto 5.2.2 alínea k);*
  - m. *“Existem áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos”, descrito no ponto 5.2.2 alínea m).*
- c) A não implementação de um plano de controlo de roedores, o que viola o disposto no artigo nº 6 do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, conjugado com a Portaria n.º 32/2015, de 13 de março, retificada pela Declaração n.º 4/2015, de 17 de março, configurando assim a prática de uma contraordenação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 11º do referido Decreto Legislativo Regional.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 11 – Indicações e medidas adotadas

### Indicações transmitidas:

### Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Por se tratar de um Operador de Gestão de Resíduos, envio do relatório à Direção Regional do Ambiente para conhecimento.